

UMA TRADIÇÃO REBELDE: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)*

*Flávio dos Santos Gomes***

A maior parte da historiografia brasileira dedicada ao estudo da resistência negra procurou privilegiar o enfoque sobre os quilombos e insurreições. Mais que isso, foi privilegiado o estudo de grandes quilombos e levantes, onde procurava-se destacar o número de cativos envolvidos e suas lideranças. Considerava-se, deste modo, somente essas lutas como aquelas nas quais os escravos brasileiros teriam tido mais “consciência” de sua condição¹. Nelas ressaltariam-se também os heróis, logo transformados em mitos, que por si só — segundo tais análises — desbancariam as abordagens que apontavam para uma escravidão brasileira “branda”, na qual os escravos teriam sido “passivos”. Pequenos mocambos ou revoltas rapidamente sufocadas eram, assim, consideradas de menor ou de quase nenhuma importância histórica.

Afora as análises do quilombo de Palmares, na capitania de Pernambuco no século XVII e os quilombos mineiros e baianos setecentistas, os estudos sobre resistência, de uma maneira geral, concentraram-se no século XIX. Deste modo, elegem-se poucos lugares e momentos da luta dos escravos brasileiros para conquistar a sua emancipação. A partir de uma revisão crítica, entretanto, vários autores têm demonstrado mais recentemente como os aspectos históricos da resistência negra — não só aquela dos quilombos e das insurreições — são complexos, multifacetados e atravessam vários períodos e regiões da escravidão.² A idéia modelo de um

* Agradeço os comentários do Professor João José Reis (Universidade Federal da Bahia).

** Universidade Federal do Pará.

¹ Ver comentários de Sílvia Hunold Lara, *Campos da Violência. Escravos e Senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp.307-8.

² Para o Brasil, ver, por exemplo: Célia Marinho de Azevedo, *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites — século XIX*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade: Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Brasiliense, 1985; Lara, *Campos da violência*.

cativo “rebelde” que tão somente procurava “reagir” contra as crueldades senhoriais acabou por limitar um entendimento mais amplo da luta escrava. A escravidão foi, sem dúvida, violenta. Nela, porém, milhares de homens e mulheres não só sobreviveram como também procuraram, na medida do possível, organizar suas vidas. Recriaram-nas através de vários espaços de resistência e busca por autonomia, onde incluíam-se a gestação de comunidades, laços familiares, cultura e em algumas ocasiões até de uma economia própria.³

Este artigo tem como objetivo analisar vários aspectos da constituição de mocambos e quilombos no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. Através de uma documentação em grande parte inédita visitaremos alguns destes redutos, assim como os contextos sócio-econômicos e demográficos em que se formaram, procurando destacar sempre que possível organização social, economia, cultura, alianças e conflitos com outros grupos e as estratégias das autoridades coloniais fluminenses na tentativa de destruí-los. Enfim, veremos como no Rio de Janeiro, já em meados do século XVII começava a ser criada uma tradição rebelde de constituição de comunidades de fugitivos.

A história do começo

Apesar da falta de pesquisas empíricas de maior fôlego, a historiografia sobre o Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII tem apontado a existência de muitos mocambos.

Estes situavam-se tanto próximos à Corte como no interior da capitania. Nas regiões mais distantes, como Campos e Macaé, ou mesmo em várias localidades do Recôncavo da Guanabara, apareciam aqui e acolá fugitivos e aquilombados que eram logo perseguidos por capitães-domato. A respeito destes havia provisões e nomeações de patentes desde as primeiras décadas do século XVII. Já em 1625, segundo Vivaldo

Maria Helena Toledo Machado, *O Plano e Pânico, os movimentos sociais na década da Abolição*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986; Stuart B. Schwartz, “Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial”, *Estudos Econômicos*, nº 17, (1987), pp. 61-88 e Robert W. Slenes, “‘Malungu, Ngoma vem!’: África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, nº 12 (dez./jan./fev., 1991-1992), pp. 48-67.

³ Para uma análise mais recente sobre quilombos e suas relações com vários setores da sociedade escravista do Rio de Janeiro do século XIX, ver: Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro — Século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Coaracy, o problema dos mocambos no Rio de Janeiro “apresentava gravidade bastante para motivar medidas repressivas”.⁴

Várias expedições punitivas seriam organizadas. Em 1659, as notícias do interior que chegavam à cidade do Rio de Janeiro informavam que os “negros abandonavam as lavouras e homiziavam-se nas matas do sertão, indo estabelecer quilombos às margens do Paraíba, onde se aliavam aos índios bravos de que ainda por ali havia número considerável”. Dez anos depois, as autoridades fluminenses preocupavam-se com a movimentação de grupos quilombolas bem próxima à capital da capitania. Além dos escravos africanos que estavam abandonando os engenhos e refugiando-se nas “matas da Serra dos Órgãos”, sabia-se que os “quilombolas passaram a praticar furtos e assaltos nas regiões de Inhaúma, descendo muitas vezes em seu atrevimento até a entrada de São Cristóvão”.⁵

O documento mais antigo que encontramos sobre os mocambos da capitania do Rio de Janeiro data do final do século XVII. Em maio de 1691, informava-se ao governador Luis César de Menezes

haver no sertão desta Cidade hum mocambo de negros fogidos com grande quantidade de gente nas cabeceiras do Rio Guandú donde vem a fazer assaltos pelas fazendas, roubando, e levando os escravos com que se beneficião no que actualmente estão padecendo os moradores desta capitania grandes perdas... (...)⁶

De fato, os quilombos já pareciam ser naquela ocasião um problema crônico para a referida capitania. Talvez sua proximidade das periferias e dos centros urbanos assustasse sobremaneira as autoridades. Além das constantes deserções de cativos havia o perigo do incitamento à insurreição. Era necessário providências rápidas e efetivas. Para combater quilombolas no interior das matas era preciso contar com homens experientes neste tipo de serviço. Naquela ocasião, pediu-se autorização ao governador local para que Antonio Raposo fosse “conquistar o dito mocambo”. Este, morador da capela de Taubaté, ao que parece estava só de passagem pelo Rio de Janeiro, mas se colocava à disposição para realizar a tarefa, apesar do “grande risco que corre a sua peça”. Seria necessário, então,

⁴ Ver: Vivaldo Coaracy, “Quilombolas no Rio de Janeiro”, in: Edison Carneiro (Org.), *Antologia do Negro Brasileiro* (Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1950), pp. 213-4 e *O Rio de Janeiro no Século Dezessete*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1965.

⁵ Ibid.

⁶ AN, Códice 77, Ordens Régias — governadores do Rio de Janeiro (1689/1693), Volume 2, 31.05.1691, fl. 12v.

também autorização para que pudesse reunir “gente necessária” e “fazer despesa considerável”. Teria ainda permissão para “uzar de todos os estratagemas de guerra para destruir o dito mocambo e prezonar a todos negros e gente que nelle se achão[,] matando os que se não quizerem entregar”. Quanto a tomadia a ser cobrada pela captura dos quilombolas, cada senhor pagaria “20\$ por cada hum delles”, e aqueles que se recusassem a efetuar tal pagamento perderia para o referido a posse do escravo capturado e até vendê-lo. Finalmente teria ele direito de ficar com “todas as crias que apanhar nascidas no ditto mocambo”.⁷

Não sabemos se esta expedição preparada por Antônio Raposo foi, enfim, realizada. Ou mesmo, se realizada, conseguiu sucesso, capturando muitos quilombolas e destruindo seus mocambos. De qualquer maneira, quatro anos mais tarde o então governador Sebastião de Castro Caldas era ainda informado dos “prejuízos” e “vexações” provocados pelas ações dos quilombolas na capitania. Conforme informações, os “moradores desta cidade e seu Recôncavo” estavam sofrendo muito incômodos.⁸ Além disso, o problema agora parecia ser mais complexo. A questão não era tão somente impedir os saques, roubos e razias levadas a cabo pelos quilombolas. Eles — segundo algumas investigações — estavam contando com a proteção não só de outros escravos mas também de alguns fazendeiros. Dizia-se mesmo do “acolhimento que dão em suas cazas e fazendas dos negros fugidos a seus senhores”.

Envolvidos nessa “proteção” havia, inclusive, segundo constava, pessoas “poderozas contra quem se não atrevem os senhores dos escravos fugidos a denunciar e uzar dos meynos ordinários pello pouco effeito e mayor dano que dahi se lhe pode seguir”. Tal situação estava provocando um clima de tensão em várias regiões do Recôncavo da Guanabara, uma vez que as fugas de escravos estavam aumentando. Aliás, o mais grave de tudo isto, conforme a avaliação dos senhores e das autoridades, “hé que os mesmos negros que servem nas fazendas do seus senhores ou em suas senzalas os induzem [os quilombolas] e ocultão com enteresse de se aproveitarem de seu trabalho”.⁹

As teias e as redes

Em todas as áreas das Américas Negras onde se estabeleceram as comunidades de escravos fugidos, destaca-se — como bem frisou Price — a manei-

⁷ Ibid.

⁸ AN, Códice 77, Ordens Régias — governadores do Rio de Janeiro (1693/1699), Volume 6, 10.06.1695, fl. 30.

⁹ Ibid.

ra como se forjaram políticas de alianças entre os fugitivos e outros setores da sociedade. Foi assim na Jamaica, Haiti, Colômbia, Brasil, Suriname e em outras regiões escravistas onde quilombolas, cimarrones, palenques, cumbes e maroons procuraram organizar suas comunidades, tentando manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciando estratégias de resistência junto a piratas, indígenas, comerciantes, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e principalmente daqueles que permaneciam escravos nas plantações. Foi, sem dúvida, a partir de tais estratégias — permeadas, algumas vezes, de contradições e conflitos — que os fugitivos imprimiram sentido a suas vidas como sujeitos de sua própria história.¹⁰

No caso da capitania do Rio de Janeiro, já no final do século XVII, os quilombolas assim procediam. As autoridades, além de preocupadas com a “proteção” que eles tinham de alguns fazendeiros, para os quais, inclusive, realizavam pequenos serviços, e dos contatos permanentes que tinham com outros cativos nas senzalas de engenhos próximos procuravam meios de reprimir um outro “mal” que cada vez mais ficava impossível de controlar: as redes de comércio clandestino dos quilombolas com vendeiros e taberneiros. No interior destes estabelecimentos aqueles encontravam tanto parceiros ideais para trocas econômicas — permutavam os excedentes de suas economias por sal, munição e outros produtos que necessitavam — como também uma poderosa rede de proteção e solidariedade. Sobre qualquer movimentação de tropas para persegui-los eram logo avisados. Desciam de seus mocambos, visitavam seus parceiros escravos, pernoitavam mesmo nas senzalas e frequentavam as tabernas. Ali bebiam e até participavam de batuques.¹¹

Era preciso reprimir. As autoridades sabiam disto. O problema dos quilombos alcançava outras e complexas dimensões. Não ficavam eles tão somente isolados no interior da floresta — onde os havia colocado a historiografia da escravidão até os anos 70 —, marginalizados do restante da sociedade escravista. Pelo contrário, seu perigo estava, em algumas situações, na sua proximidade cada vez maior. A dinâmica das comunidades de fugitivos era neste contexto paradoxal: precisavam se manter afastadas o suficiente para proteger seus mocambos, mas ao mesmo tempo

¹⁰ Para uma visão panorâmica ainda atualizada sobre as comunidades de escravos fugidos, ver: Richard Price (Org.), *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas* 2ª ed., Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1979.

¹¹ Sobre as diversas e complexas relações entre os quilombolas da região de Iguazu no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, ver: Flávio dos Santos Gomes, “‘O Campo Negro’ de Iguazu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 25 (dez., 1993), pp. 43-72.

próximas o bastante para efetuarem trocas mercantis.¹² Para além de uma relação tão somente econômica, esta proximidade acabou por modificar e forjar novas relações com vários setores da sociedade escravista. Assim, a vida de senhores e escravos não podia ser mais a mesma.

No Rio de Janeiro, as autoridades coloniais sabiam deste perigo. Ainda que, certamente sem muito sucesso, providências foram tomadas. Em maio de 1695, determinou-se:

que qualquer pessoa de qualquer qualidade e comdição que seja que constar te-lo lhee ou consentir em sua caza ou fazenda negro cativo, ou mulato fugido sem que logo o remeta a custa do Sr. a cadeya desta cidade será condenado em vinte mil reis pagos em dois mezes de prizão conforme sua qualidade e sendo negro ou mulato os que os tais negros ou mulatos fugidos recolher induzir ou tiver em sua caza, serão assoutados em o pelourinho desta cidade e hirão trabalhar dous mezes a sua custa nas obras das Fortalezas della.¹³

Além de proibições e punições para aqueles que dessem couto aos escravos fugidos fosse nas cidades ou nas áreas do Recôncavo, as tabernas e seus proprietários deveriam ser vigiados de perto. Deste modo, igualmente foi determinado que:

o vendeyro ou vendeyra que em sua caza ou em outra semelhante consentirem jogos e ajuntamentos de negros cativos será condenado pela primeira ves em cinco mil reis e pellas mais em dobro, e as ditas condenaçõens a metade dellas serão applicadas para os quartéis dos soldados que se hão de fazer e a outra metade para os denunciarem contra as pessoas que encorrerem neste bando cujas cópias serão remetidas e postas nas partes mais públicas do Recôncavo desta Cidade e para que chegue a notícia de todos e não possam chegar ignorar este se lance a tom de caixas registrando se nesta secretaria e donde mais tocar e se fixar na parte costumada”.¹⁴

¹² Price já destacou isto para as comunidades de escravos fugidos nas Américas. Para uma análise geral mais atualizada, ver: Richard Price, “Resistance to Slavery in the Americas: Maroons and their Communities”, *Indian Historical Review*, nº 15, (1988-89), pp. 75-95.

¹³ AN, Códice 77, Ordens Régias — governadores do Rio de Janeiro (1693/1699), Volume 6, 10.06.1695, fl. 30.

¹⁴ Ibid.

Para um efetivo controle da massa escrava, inclusive dos quilombolas, tinha que se vigiar tanto o centro da cidade como o interior do Recôncavo. Quilombolas ou simplesmente escravos fugidos poderiam ser encontrados tanto nas profundezas das matas, protegidos por serras de difícil acesso, como no interior das senzalas, nas casas de negros, cativos ou forros, nas cidades e principalmente nas vendas e tabernas. A prática de “ajuntamentos de negros” em tabernas parecia já ser comum. Motivados ou não, tão somente por fins econômicos, taberneiros consentiam — fossem eles brancos portugueses ou pardos brasileiros — que os escravos as frequentassem. Tal prática, por certo acontecia nos sábados, domingos, feriados religiosos, ou nos dias de semana durante a noite. Em cidades com portos próximos, as tabernas eram disputadas conjuntamente por escravos, soldados, marinheiros estrangeiros e caixeiros-viajantes.¹⁵ Quilombolas poderiam estar por perto, misturados com outros escravos. Apesar dos olhares atentos das autoridades, a vigilância nas cidades, pela própria natureza da escravidão urbana tendia a ser mais frouxa. Tentava-se contudo controlar o máximo possível a população das cidades, principalmente negros e mestiços¹⁶. Ainda em 1693, repetia-se o bando que determinava a proibição do porte de armas depois do toque das Ave Marias. Os infratores de qualquer “qualidade e condição” pagariam multas, além de serem obrigados a trabalhar nas obras da cidade. Quanto a população de cor determinava-se que:

todo o mulato, negro ou carijó que de dia ou de noute for achado com arma de fogo, carregada hávera pena de morte, e sendo com qualquer outro genero de armas ofensivas ou defensivas, a saber, espadas, adagas, facôens, faquas, paos de ponta lhes tomarão os officiaes de Milícia ou Justiça que os haverão como suas, e os delinquentes serão castigados com penna de cem assoutes ao pé do pelourinho hirão ferir por tempo de seis mezes nas obras e limpeza de hua das fortalezas da Barra sendo achados de dia, e se forem achados de noute servirão na mesma forma por tempo de hu anno e somente lhes será permitido levarem espada na ocasião que acompanhão a seus senhores.¹⁷

¹⁵ Uma análise instigante a respeito das complexas relações entre escravos e marinheiros nos “mundos atlânticos” encontra-se em: Peter Linebaugh e Marcus Rediker, “The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, and the Atlantic Working Class in the Eighteenth Century”, *Journal of Historical Sociology*, nº 3, (Setembro 1990), pp. 225-252.

¹⁶ Para uma abordagem sobre o controle social junto aos negros e mestiços no Rio de Janeiro no século XIX, ver: Cunha, *Negros, estrangeiros*, pp. 74 et passim.

¹⁷ AN, Códice 77, Ordens Régias — governadores do Rio de Janeiro (1693/1699), Volume 6, fl. 6, 02.07.1693.

O próprio governador Castro Caldas, e outros antes dele, na tentativa de controlar a população negra procuraram até mesmo regulamentar o uso de roupas das escravas. Reclamava-se do “excessivo luxo” das negras, uma vez que “escedião a modéstia nos trajes de vestir com muito mau exemplo e prejuízo grave a seus senhores, e suas famílias e outras mais cauzas em risco de consideração dignos de se atalharem”.¹⁸

Quanto aos quilombos na capitania do Rio de Janeiro, já pareciam um problema incontornável no alvorecer do século XVIII. Em 1699, o rei enviava uma carta régia ao governador Artur de Sá e Menezes preocupado com a questão. Dizia, então, que continuavam ou mesmo aumentavam os “roubos, e malefícios, que costumão faser nas estradas os negros fugidos aos moradores desse Estado, buscando para este fim sitio acomodado em alguma Serra, onde se ajuntão, e sahem a fazer os ditos excessos”. Lembrava ainda das providências não totalmente satisfatórias dos governadores anteriores — principalmente Castro Caldas — e ressaltava a necessidade de se evitar “excessos” nas diligências.¹⁹

Diversas vezes, por ocasião de expedições punitivas — devido à luta e resistência dos quilombolas à reescravização — acabava havendo mortes com prejuízos para os donos de escravos. Era comum também haver arbitrariedades por parte dos soldados e comandantes das expedições punitivas. Muitos quilombolas eram mortos indiscriminadamente. Para evitar os reclamos dos senhores — como tinha acontecido alguns anos antes com a morte de um quilombola pelo capitão Roque Fernandes — nesta mesma carta régia determinava o rei que se devesse “tirar devassa, e constando que as mortes se fizerão, ou forão accidentes, ou nascidas de resistência”. Terminava pedindo providências efetivas quanto ao problema do aumento dos quilombos no Rio de Janeiro. Lembrava que caso ao contrário os quilombolas viriam “faser nessa capitania o que fiserão nos Palmares de Pernambuco”.²⁰ A memória da luta secular dos quilombos de Palmares estava bem viva na mente do Rei. Não poderia existir outros Palmares.²¹

Bacaxá e outros quilombos

O século XVIII inicia-se na capitania do Rio de Janeiro com mais denúncias sobre a formação de novos mocambos. Já no final de 1712 prepara-se uma

¹⁸ *Ibid.*, 04.07.1696, fl. 53.

¹⁹ BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice II - 34, 23, 1 n. 57, 24.09.1699.

²⁰ *Ibid.*

²¹ Seria interessante analisar de que modo a tradição de luta de Palmares permaneceu no imaginário das autoridades coloniais nos séculos XVII e XVIII.

expedição para destruir “vários quilombos de escravos fugidos” localizados no Recôncavo, mais precisamente próximo aos distritos de Santo Antônio de Sá e Macacu. Para realizar tal diligência as autoridades contariam com a ajuda de Antônio Machado, um “homem sertanejo e morador nas cabeceiras do Rio Magé”. As expedições compostas só por soldados ou capitães-do-mato, ao que se sabe, não estavam dando “boa conta”. Já o referido Machado se propunha a levar “alguns índios que tem tirado dos matos por sua grande inteligência e que estes são grandes rastejadores das trilhas dos ditos quilombos a que se deve acudir com remédio prompto”. A ele era também autorizado a buscar “alguma ajuda e favor de todas as fazendas por onde paçar”. Igualmente teria prerrogativas para “prender todos aquellos delinquentes e parciaes dos dittos quilombos que tiver notícia se comunicão com elles”. Outro fato interessante foi a condição imposta pelo referido Machado para comandar aquela expedição. Ele era um condenado “perante as justiças em crimes”, e assim temia ser preso. Fez um acordo com as autoridades que se caso fosse bem sucedido teria perdoados seus crimes.²²

No ano seguinte noticiava-se a existência de mocambos no distrito de São João de Icarai e os conseqüentes “excessivos roubos” e “muitas mortes” efetuadas pelos quilombolas.²³ O Recôncavo parecia estar florido de mocambos por toda a parte. Em Macacu, em agosto de 1724, confirmava-se a patente destinada, desde 1711, para Antônio de Souza ocupar o posto de “Capitão das entradas dos matos e sertãos”, com vistas a combater os quilombos.²⁴

No início da década de 1730 as autoridades coloniais voltaram os olhos para a localidade de Bacaxá, onde existia um considerável mocambo. Esta região, conhecida como área de “sertão”, localizava-se próxima ao Recôncavo da Guanabara junto a um rio também chamado de Bacaxá, estendendo-se até o sul da Lagoa de Saquarema e também limitando-se com o sertão de Tanguá. Parte dela era constituída por terras devolutas ainda não cultivadas. Bacaxá pertencia ao distrito de Saquarema, divisando com os distritos de Cabo Frio, Itaboraí, Maricá e Santo Antônio de Sá, áreas que começavam a se destacar na produção de açúcar já no primeiro quartel do século XVIII. Eram, entretanto regiões pouco povoadas, estando a escravatura espalhada em fazendas de gados, engenhocas de aguardente e engenhos de açúcar.²⁵

²² AN, Códice 77, Ordens Régias — governadores do Rio de Janeiro (1710/1713), Volume 22, 13.12.1712 e 01.02.1713, fl. 68.

²³ *Ibid.*, Volume 23 (1713/1718), 18.10.1713, fl. 270.

²⁴ *Ibid.*, Volume 11 (1710/1712), 19.08.1724, fl. 31.

²⁵ Cf. José Antônio Soares Sousa, “Quilombo de Bacaxá”, *RHIGB*, Vol. 253 (1961-62), p. 4.

Desde o final de 1729 falava-se em Bacaxá de “delinquentes refugiados no sertão”.²⁶ Ao que parece, os quilombolas estavam suficientemente escondidos no interior das matas. Em meados de 1730 um fato cria pânico na região e desperta atenção das autoridades a respeito das ações dos quilombolas. Segundo informações do juiz ordinário de Saquarema Sebastião Gomes Sardinha:

hindo dous ranchos de cassadores desse Destricto para os montes de Bacaxá, forão assaltados por hua partida de mais de sincoenta negros armados com arcos, e flechas e outras armas, e que matarão os cassadores.²⁷

Informações posteriores mais detalhadas deram conta que eram “sessenta negros” e que os caçadores “brancos mortos foram sómente dous e tres que escaparão”. Munido de tais informações o governador da capitania, Luiz Vahia Monteiro logo procurou tomar providências. Em 11 de agosto enviou ordens ao capitão-mor da vila de Santo Antônio de Sá, Caetano de Souza Pereira, para que extinguisse o “quilombo antes que o seu excesso faça maiores demazias”. Na mesma ocasião, oficiou ao comandante militar da região determinando que este preparasse uma diligência, reunindo para isso “officiaes de maior confiança, e soldados auxiliares e mateiros”. Dias depois o referido governador já recebia mais informações. Tomaria conhecimento:

que os negros são muitos e que estão situados com cazas, e rossas há muitos annos o que naturalmente pode ser em quanto não fazião insultos, mas depois destes hé impraticável dissimular semelhante atrevimentos, a vista do que é necessario não só extinguir o dito quilombo mas prender todos os negros, e negras e filhos que tivessem no mato.²⁸

Estes quilombos, além de antigos, eram grandes, ou seja, contava com dezenas de habitantes. Talvez sua população alcançasse mais de cem pessoas. Lembremos que os caçadores disseram ter sido atacados por cerca

²⁶ AN, Códice 64, Registro Geral de Ordens Régias (1694/1734), Volume 3, 23.12.1729, fl. 590.

²⁷ AN, Códice 84, Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com Diversas Autoridades (1720/1732), Volume 3, 11.08.1730, fl. 4v.

²⁸ *Ibid.*, 15.08.1730, fl. 5v.

de cinquenta a sessenta quilombolas. Por outro lado, este número podia ter sido exagerado tanto pelos referidos caçadores como pelas autoridades locais, chamando assim mais atenção do governador. De qualquer modo, já estavam eles “situados com Cazas” e tinham “rossas”. Não parecia ser, portanto, um pequeno grupo de quilombolas apenas “salteadores de estradas”.

Ficam, porém, algumas indagações. Porque teriam eles atacado e matado os caçadores? Teriam os caçadores adentrado o interior daquelas matas e chegado muito perto dos seus mocambos? Por certo, aqueles quilombolas estavam se protegendo. Sabiam eles que as expedições reescravizadoras eram antecedidas por patrulhas de mateiros que procuravam localizá-los. Parece, inclusive, que se os caçadores não fossem atacados as autoridades não teriam conhecimento deste quilombo. Elas, assim como os senhores da região, sabiam das constantes fugas de escravos e que aqui ou acolá se formavam grupos de quilombolas que praticavam roubos. Entretanto, não tinham conhecimento de um mocambo há muito tempo estabelecido com casas e roças. Aliás, segundo o próprio governador o mais perigoso não era a existência deste quilombo mas a sua “ouza dia” de atacarem caçadores e “insultarem as cazas”.²⁹

O governador Vahia Monteiro estava decidido a destruir completamente este mocambo e capturar todos seus habitantes. Para isso determinou a mobilização das “companhias militares de Maricá e Saquarema”. Chamou atenção para que a expedição fosse bem planejada, para dar resultados. Destacou para o coronel Prado:

tomem a sahida para a parte dos campos novos, e depois atacallos por esta banda; e advirta V.Mercê aos officiaes, que não me contento com os afugentar, nem com a desculpa de se meterão no mato, porque esse mesmo mato, por onde entrão os negros, podem entrar os soldados e brancos, e finalmente hé necessário que os vivos ou mortos se rezistirem venhão a minha prezença porque de outra sorte viram todos os dias os negros a insultar esse Paiz nas próprias cazas com escandallo nosso, e talvez será necessário que V.Mercê se ponha perto daquelle citio para dar as ordens necessarias aos que entrão pelo mato, e receber os seos avizos com brevidade para lhe dar Remédio prompto.³⁰

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

Mais que perseguir estes quilombolas o governador parecia querer dar um exemplo do que seria capaz para dar fim aos mocambos da região. Sabia ele que era difícil chegar até os amocambados. Não só permaneciam bem protegidos por serras e mangues de difícil acesso, como utilizavam, via de regra, a estratégia de não enfrentar diretamente as forças militares. Optavam por se refugiarem rapidamente, preparar armadilhas na floresta ou atacar as tropas de surpresa. Nesse sentido, invariavelmente, tais expedições constituíam-se em previsíveis fracassos. As autoridades tinham consciência deste fato. A fala enfática do governador a esse respeito é prova disto. A expedição contra os mocambos de Bacaxá, ao que parece, não foi muito diferente. Dois meses depois de iniciada a expedição, o próprio coronel Prado informava das dificuldades, dizendo que “os mateiros estavam desesperados de descobrir o quilombo supondo que negros se tinham espalhado pelos povoados”.³¹

Reunir tropa e preparar uma diligência para bater mocambos não era fácil. Em muitas ocasiões a razão do insucesso estava relacionada a tais dificuldades. Primeiramente, era necessário conseguir recursos tanto para custear os mantimentos destinados à tropa como para pagar os soldados e oficiais. Muitas diligências levavam meses no interior das matas. Eram vários os senhores e mesmo as câmaras municipais que se negavam a arcar com tais custos. Outro problema dizia respeito à mobilização de tropas suficientes. Os destacamentos militares locais eram diminutos. Outros de maior efetivo estavam distantes. Além disso, era comum lhes faltarem “munição e balla”.³² Mais gastos teriam que ser feitos. Naquela ocasião, em Bacaxá, o governador sabendo, da escassez de recursos para provimento de uma tropa, ordenou que “os mesmos que forem a diligência levarem sua farinha e viverem no mato como os caçadores”. Esse esforço seria necessário uma vez que tal expedição era de “utilidade do próprio paíz”. Remeteu para a região, entretanto, a “polvora e a balla” necessária.³³

Determinou-se também a necessidade de se contar com “guias do matto” para mais facilmente localizar o mocambo. A expedição levaria também um “negro do defunto André de Souza”, que segundo investigações tinha relações com os quilombolas e sabia da localização dos seus mocambos. A ajuda deste escravo para guiar a expedição só foi conseguida

³¹ Ibid..

³² Sobre as dificuldades das forças policiais para combater quilombolas, ver: Gomes, *Histórias de Quilombolas*, especialmente a seção: “Estratégias e Contra-estratégias”.

³³ AN, Códice 84, Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas Autoridades (1730/1732), Volume 3, 21.08.1730, fl. 7.

perante ameaças. Foi dito a ele para “se entregar os negros”, caso contrário seria enforcado “por ser cúmplice nos seus delictos”. Nesta expedição, porém, um outro problema comum nas diligências contra mocambos apareceria: desordens e motins na tropa. Não só no século XVIII como também no século XIX reunir tropas — fossem regulares ou a Guarda Nacional — era uma tarefa difícil. Além do problema da falta de armamento e munição havia o perigo das deserções, desordens e motins por parte dos soldados. Por ocasião da tentativa de destruição do mocambo de Bacaxá, parte da tropa acabou promovendo saques em algumas fazendas, principalmente no engenho do defunto André de Souza. Segundo denúncias recebidas pelo governador Vahia Monteiro os soldados “quiseram amotinar no mato” e “fizeram bastante estrago na fazenda do dito defunto, matando-lhe gado vacum, porcos e aves, e tomando-lhe todos os queijos”. Imediatamente o referido governador pediu providências e punições ao coronel João de Abreu Pereira, do destacamento de Maricá, lembrando-lhe que via de regra os soldados “se interessam mais no saqueyo que nas diligências do serviço aos quaes temos sempre em pouca reputaçam”.³⁴

Afora tais dificuldades costumeiras, a expedição conseguiu capturar “dezoito cabeças dos negros, e negras, que tinham dezamparado o quilombo”. Grande parte dos quilombolas — aliás, como tinha previsto o governador — acabou refugiando-se nas matas, povoados e engenhos vizinhos. Assim era a estratégia dos quilombolas. Procuravam a todo custo defender seus mocambos, se não conseguiam internavam-se na floresta ou ficavam algum tempo recolhidos — em senzalas, vilas e arraiais próximos — e depois escolhiam outros locais para estabelecer novos acampamentos. Em Bacaxá o destacamento de Santo Antônio de Sá, comandado pelo coronel José de Aquila, descobriu que existiam dois mocambos: o “quilombo novo” e o “quilombo velho”.³⁵ Por certo, sabedores da expedição punitiva abandonaram um dos seus acampamentos, adentraram a floresta e estabeleceram-se em outra área. Tinham então, muitas das vezes, que reorganizar suas economias em novos locais. Eram períodos difíceis para as comunidades de fugitivos. Talvez tivessem que conviver longos períodos na penúria das florestas, fugindo das expedições punitivas.

As histórias de mocambos fluminenses no século XVIII, entretanto, não terminam naquela tentativa de destruição em Bacaxá. Até o final do século surgiriam notícias a respeito de comunidades de fugitivos por toda a parte. Um episódio interessante — sobre o qual infelizmente temos muito poucos dados — é o do quilombo do Curukango. Este mocambo locali-

³⁴ Ibid., 27.09.1730, fl. 22v.

³⁵ Ibid., 02.10.1730, fl. 26v.

zava-se à nordeste de Macaé — norte da capitania — próximo das nascentes do rio do Deitado, afluente do São Pedro. Era liderado por um cativo fugido africano, de origem “moçambique”, denominado Curukango (também conhecido por Carucango ou Querucango). Consta que este africano teria assassinado o seu senhor, Antônio Pinto, e se internado na mata, procurando formar um mocambo. Este, posteriormente chegou a ter cerca de duzentos negros, tendo “muitas roças de milho, feijão e outros cultivos”. Dizia-se também que estes quilombolas praticavam saques e assassinatos, sendo as escravas da região “levadas à força da casa dos senhores”. Uma expedição comandada pelo chefe do destacamento militar local, Antão de Vasconcelos, perseguiu e capturou Curukango. Consta, igualmente, que o “furor” da tropa punitiva foi tamanho que os quilombolas “foram degolados e as suas cabeças espetadas em estacas à margem da estrada geral, para servirem de exemplo aos outros escravos”.³⁶

Outros mocambos surgiriam naquela capitania. Em 1759, as autoridades novamente tentavam perseguir quilombolas. Desta feita a área dos embates seria a região de Macacu, não muito distante de Bacaxá, Saquarema e Maricá. O vice-rei, conde de Boçadela, trocou várias cartas com o sargento-mor Manoel Gomes Pereira sobre “os progressos sobre a diligência da destruição do quilombo” local. Sabe-se que alguns “negros aquilombados” acabaram presos e remetidos para a cadeia. Outros foram feridos por ocasião da expedição e seguiram para o hospital. A perseguição continuou até o final daquele ano, visando as autoridades extinguir “por huma vez todos os quilombos que ouverem por esse Recôncavo para que vivão em socego os moradores delle”. Senhores e autoridades procuravam também descobrir os escravos e libertos que tinham “comunicação” com os fugitivos. Havia também em Macacu o problema costumeiro das tabernas e os contatos envolvendo seus donos com os quilombolas.³⁷

Em meados de 1761 tenta-se providenciar mais diligências contra mocambos, desta vez na região de Santo Antônio de Sá. Já em janeiro de 1762, notícias da vila da Tacoara alertavam para a “grande dezordem e distúrbios” provocados por quilombolas. Estes estavam “acomettendo as cazas e rossas” da região. Em maio deste mesmo ano falava-se da preparação de uma diligência contra os mocambos de Parati. O ano de 1763 é

³⁶ Ver: Antão de Vasconcelos, *Crimes Célebres em Macahé*, Rio de Janeiro, 1911, pp. 41-61 e Alberto R. Lamego, “O Carunkango”, *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, nº 11, (1958), pp. 97-99.

³⁷ AN, Códice 84, Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas Autoridades (1757/1763), Volume 14, 07.09.1759, fl. 188v; 17.09.1759, fl. 190v; 28.09.1759, fl. 193; 17.10.1759; 30.10.1759 e fl. 198v.

marcado por várias informações dando conta dos mocambos da região de Icarai, próxima da vila de Niterói. Na ocasião, as autoridades procuravam igualmente vigiar as tabernas. Denunciava-se mesmo que seus proprietários não as fechavam depois das 8 horas da noite e consentiam “batusques e outros folguedos a seu modo”. Os taberneiros se mostravam “rebeldes e desobedientes” com relação as determinações quanto ao funcionamento das tabernas, e “descompoem e injurião aos soldados que lhes mandão fechar”. Deste modo, os quilombolas continuavam “vindo de noite fora de horas às tavernas a contratarem, e refazerem se do que lhes he preciso a troco de roubos”. Devido a tais problemas crônicos as autoridades coloniais fluminenses chegaram a determinar a prisão de “todas as pessoas de que tiver notícia passão avizos ou dão ajuda e favor aos calhambolas”.³⁸ Entretanto, ainda no ano de 1764, mais notícias chegavam, falando de “mortes, roubos e outros insultos mais” praticados por quilombolas tanto em Icarai como nas vizinhas “paragens chamadas Titioça, Cobango, Pinditiba, e Engenho de Antônio da Fonseca”.³⁹ Em 1779, reclamava-se dos fugitivos e quilombolas da região de Campo Grande e da fazenda de Santa Cruz⁴⁰. No final do século XVIII, mais propriamente no ano de 1792, o senado da câmara do Rio de Janeiro oficia ao vice-rei a respeito das “providências” quanto “às entradas dos Quilombos”.⁴¹

Os campos dos quilombolas

Na região de Campos dos Goitacazes — bem ao norte da capitania do Rio de Janeiro — instaurou-se também uma tradição de formações de comunidades quilombolas, ao que parece, desde o final do século XVII. No sertão do rio Ururái, por exemplo, havia uma localidade no início do século XVIII conhecida como “sertão do Calhambola”⁴². Em 1751, o senado da câmara da vila de São Salvador, admitindo que o problema dos quilombolas nesta região, além de crônico já parecia fugir ao controle — uma vez que eram

³⁸ Ibid., 04.05.1761, fl. 271; 28.08.1761, fl. 290v; 22.01.1762, fl. 305 e volume 15, 17.02.1763, fl. 8; 01.03.1763, fl. 14v; 14.02.1763, fl. 6v.

³⁹ AN, Vice-Reinado - Capitania do Rio de Janeiro (1679-1808), Caixa 746 - pacote 2, 16.03.1764

⁴⁰ AN, Casa Imperial — Fazenda de Santa Cruz (1779-1805), caixa 507, pacote 1.

⁴¹ AN, Vice-Reinado — Senado da Câmara do Rio de Janeiro (1758-1808), caixa 500, 10.09.1792, pacote 1.

⁴² Cf. Lara, *Campos da violência*, p. 193.

constantes as denúncias de roubos, assassinatos e seqüestro de mulheres — conclamava, através de edital, a “todos os moradores e capitães-do-mato para que dessem nos quilombos” locais.⁴³

Em meados do século XVIII, os mocambos pareciam continuar sendo o principal problema da região de Campos que já dava sinais de franco desenvolvimento econômico, com a expansão da cultura de cana-de-açúcar. Além das providências costumeiras, as autoridades locais procuravam, na medida do possível, ampliar as características da repressão. Segundo Sílvia Lara, as “medidas de tal amplitude, como autorização do uso de armas, isenção de penas para as mortes de fugitivos renitentes, exposição exemplar de cabeças [dos quilombolas] e financiamento das expedições, parecem, entretanto, não ter tido os resultados desejados”.⁴⁴ Sabe-se que em 1769 foi preparada uma grande expedição para “dar nos quilombos dos pretos fugidos” a ser comandada pelo mestre-de-campo João José de Barcelos.⁴⁵ No final do século XVIII, mais especificamente no ano de 1792, o vice-rei escrevia à câmara da vila de São Salvador ressaltando a importância de uma repressão efetiva aos “quilombos que existem nos sertões deste distrito”. Nesse mesmo ano foi realizada uma diligência contra os quilombolas de toda a região campista, utilizando-se para isso mais de 200 homens. Vários mocambos foram atacados, sendo que conseguiu-se “não só arrasá-los como prender muitos dos seus moradores”.⁴⁶

Repressão continuava. As comunidades quilombolas locais procuravam com estratégias diversas manter suas autonomias. Nesse processo histórico, tensões, solidariedades e conflitos variados aconteciam. A propósito, em fins de 1796, sendo cercada e invadida a senzala do pardo Joaquim, escravo do alferes Miguel de Morais Pessanha, foram encontrados dois fugitivos. Joaquim acabou condenado “pelo uso de armas curtas e acoutador e induzidor de escravos fugidos” e remetido para a cadeia da Relação do Rio de Janeiro. Em outras ocasiões, a repressão aos quilombolas servia até mesmo para justificar arbitrariedades e mortes.⁴⁷ Foi o que aconteceu, também na região de Campos, em 1807, mais propriamente no sertão próximo ao rio Muriaé, onde Angélica, preta escrava de Manoel Pereira da Fonseca apareceu morta. Instaurou-se uma devassa, sendo ouvidas 15 testemunhas. Os acusados do assassinato foram João Fernandes e José Monteiro,

⁴³ Ibid. p. 300

⁴⁴ Ibid. p. 305

⁴⁵ Ibid. pp. 306-7

⁴⁶ Ibid. p. 307

⁴⁷ Ibid. p. 240

este último feitor de uma fazenda vizinha. Alegando inocência dos acusados uma testemunha declarou que estes, estando a margem do rio, perceberam que a preta Angélica “havia de ir para o quilombo, o que ele [João Fernandes] não quis assentir e por isso lhe fizera os ferimentos com que a mesma apareceu morta”. Impedir que um cativo fugisse para um dos vários quilombos da região parecia ser, pelo menos naquela ocasião, um motivo suficiente que justificasse a morte de um escravo. Mesmo que a história fosse falsa, ela confirma a existência de quilombos na região.⁴⁸

Desde a segunda metade do século XVIII a região de Campos estava infestada de quilombolas e fugitivos escravos. O registro da cadeia da vila de São Salvador indicava 222 escravos fugidos presos entre 1759 e 1805. Entretanto, deste total, apenas 11%, 25 escravos, foram presos com a indicação de “quilombolas” ou “preso no quilombo”.⁴⁹ Analisando a resistência escrava em Campos entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, Sílvia Lara também destaca a existência de três níveis diferenciados nas práticas repressivas aos fugitivos e mocambos. A primeira seria a repressão levada à cabo pelos capitães-do-mato e seus auxiliares. Era uma prática repressiva situada entre a esfera pública e a privada, uma vez que apesar de ser instituída pelo poder público quem pagava todas as despesas eram os proprietários dos escravos em questão. A segunda seria a repressão efetivada diretamente pelos particulares e/ou “moradores”. Em não raras ocasiões os senhores de escravos planejavam, preparavam e armavam seus agregados para efetuarem diligências contra mocambos. O último nível de prática repressiva era aquele de natureza militar e administrativa.

Também eram várias as ocasiões em que a Coroa tomava a si a responsabilidade de perseguir quilombolas, não só legislando a respeito como igualmente financiando e preparando expedições. Destaca a referida autora que a atuação da Coroa neste contexto, via de regra, parece ter estado “diretamente relacionada ao grau de periculosidade e resistência dos fugitivos ou à negligência e despreparo das forças repressivas locais”.⁵⁰

Os quilombolas dos Campos dos Goitacazes montaram um cenário ideal para estabelecerem-se. Vale a pena aqui citar alguns detalhes deste cenário. Esta área teve o início da sua colonização nas primeiras décadas do século XVII. Antes era habitada pelos índios goitacás, considerados “ferozes e bravios”, dificultando a interiorização de colonos e o estabelecimento de propriedades. No início do século XVIII predominou a criação de gado.

⁴⁸ Ibid. pp. 175-9

⁴⁹ Ibid. p. 241

⁵⁰ Ibid. pp. 309-11

Posteriormente desenvolveu-se a cultura de cana-de-açúcar. Em 1737 esta região possuía apenas 34 engenhos de açúcar, em 1779 já existiam cerca de 179 e em 1785 contavam-se 288 engenhos e engenhocas de aguardente.⁵¹ Segundo o marquês do Lavradio, entre 1779 e 1789 os engenhos da região produziam açúcar “em maior abundância que o dos engenhos da capital e seu Recôncavo”. De fato, na segunda metade do século XVIII com a franca expansão da cultura açucareira na região de Campos, o número de fábricas acabou multiplicando “aproximadamente por seis”.⁵² Em 1799 já existiam nesta região 324 engenhos, correspondendo a 52,6% do total de 616 engenhos de açúcar de toda a capitania.⁵³

Tal expansão econômica foi evidente. No final do século XVIII a região de Campos produzia cerca de 128.580 arrobas de açúcar e 55.905 “medidas” de aguardente. Outras atividades econômicas também davam mostra desse desenvolvimento. A região possuía cerca de 218 currais com 55.672 cabeças de gado bovino e 13.201 de gado cavalari. Quanto às lavouras de alimentos colhiam 12.032 alqueires de feijão, 55.109 de farinha, 17.102 de milho e 4.458 de arroz. Colhem-se também 2.772 arrobas de algodão. Em Campos existiam ainda 99 teares e 51 olarias.⁵⁴

A consequência da expansão açucareira foi o aumento populacional com a demanda de mão-de-obra africana para trabalhar na lavoura.⁵⁵ No final do século XVIII a população total da capitania do Rio de Janeiro era de 179.595 pessoas, sendo 52,5% livres e 47,5% escravas. Em Campos haviam cerca de 21.905 habitantes, equivalendo 12,4%. A população escrava predominava. Enquanto que na Vila de São Salvador a porcentagem de escravos era de 59%, nas freguesias açucareiras mais importantes, como São Gonçalo e Santo Antônio de Guarulhos, alcançava 62,1% e 77,9% respectivamente. Nesta ocasião, Campos já se tornara o terceiro maior contingente escravo da capitania, só perdendo para a região do Recôncavo da Guanabara, próximo à Corte.⁵⁶

A estrutura de posse dos escravos em Campos não diferia muito dos padrões de outras áreas escravistas no Brasil do final do século XVIII.⁵⁷

⁵¹ Ibid. pp. 133 et passim

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ver: Stuart B. Schwartz, “Padrões de propriedade de escravos nas Américas; nova evidência para o Brasil”, *Estudos Econômicos*, nº 13 (1983), pp.259-96.

Em 1779, apenas 5 engenhos funcionavam com mais de 100 escravos (incluindo-se aí as propriedades religiosas, como o antigo engenho dos jesuítas, com 1.400 cativos e o engenho dos beneditinos com 432). Outros cinco engenhos possuíam entre 100 e 50 escravos e as demais fábricas de açúcar — a maioria (cerca de 149) — contavam com menos de 50 cativos, sendo a média de 15 escravos por plantel.⁵⁸

Foi neste contexto sócio-econômico que os mocambos estabeleceram-se na região de Campos, na capitania do Rio de Janeiro, pelo menos entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Outros vários cenários foram, entretanto, montados. As principais áreas de formações de comunidades quilombolas na capitania do Rio de Janeiro foram: Campos dos Goitacazes, Cabo Frio, Parati e as diversas áreas do Recôncavo da Guanabara (destacando-se Macacu, Saquarema, Maricá, Santo Antônio de Sá, Itaboraí, Magé e Iguaçú). De um modo geral eram áreas produtoras de açúcar (algumas em franca expansão e outras de ocupação mais antiga), aguardente e principalmente de gêneros para o abastecimento da capitania (áreas do Recôncavo da Guanabara). Destaca-se ainda que além da região de Campos — que como já citamos ficava ao norte da capitania — a economia açucareira expandiu-se em direção ao sul, mais propriamente para as áreas de Parati e Angra dos Reis. Aliás, as áreas de Campos e Parati — com tradição na formação de mocambos — especializaram-se na produção de aguardente. Os mocambos fluminenses, então, formavam-se tanto em regiões agro-exportadoras como naquelas produtoras de alimentos. Apesar da veloz expansão econômica de algumas áreas existiam, inclusive, várias terras devolutas. Havia também o aumento considerável da população escrava africana. Constituíam-se assim uma fonte cada vez maior de abastecimento para o circuito de negros fugidos.

Segundo as informações do marquês de Lavradio, no final do século XVIII, havia terras devolutas por toda a parte. Podemos citar as áreas de Saquarema e Campos onde, ao que parece, estabeleceram-se comunidades consideráveis de fugitivos. De Saquarema dizia-se que “no campo de Bacaxá tem o Capitam Jozé Antônio Barboza huma légoa de terra, onde já teve gado, escravos, e culturas, e de prezentemente não tem, e só morão na terra algumas pessoas, sem fôro nem pensão; todos os certões estão por cultivar”.⁵⁹ Já dos Campos dos Goitacazes informava-se que no “rio Embê, para cima de hua posse que tem a Fazenda d'El-Rey, seguem muitas terras devolutas, sem senhorios em que proximamente se tem pedido

⁵⁸ Cf. Lara, *Campos de violência*, pp. 133 et passim.

⁵⁹ RIHGB, vol. 47 (1902), p. 309.

três sismarias, que ainda não vierão, e são em terras, que dizia Diogo Alvarez havia muito ouro”.⁶⁰

Os mocambos fluminenses procuraram, entretanto, estabelecer-se em áreas não muito afastadas dos núcleos de povoamento. Embora procurando a proteção geográfica tinham como estratégias ficar próximos aos engenhos, fazendas, estradas e vilas. Tal estratégia garantia, entre outras coisas, as trocas mercantis, representando ainda mais solidariedades com taberneiros e os cativos das plantações e vilas. Por outro lado, a tentativa de interiorização de algumas comunidades quilombolas pode ter sido dificultada pela existência de tribos indígenas hostis — principalmente em Campos e Cabo Frio — que habitavam os sertões destas regiões. Mas quando em alguns casos conseguiam aliança com os índios, a barreira indígena pode ter dificultado, inclusive, a ampliação e interiorização da repressão contra seus mocambos. Os escravos Francisco e Domingos, de nação Angola, permaneceram, em 1801, oito meses fugidos no sertão de São Fidélis. Consta que estavam embrenhados pelos matos, vivendo “com a gentilidade”.⁶¹

No início do século XIX, ao que parece, as notícias a respeito dos mocambos aumentam, ou pelo menos tornam-se mais frequentes. Em meados de 1807, alguns lavradores, procurando desbravar o sertão do rio Imbé, entre as regiões de Campos e Macaé, descobriram “da parte dos Campos cinco Quilombos de negros”.⁶² Ainda em 1805, do distrito de Cabo Frio chegaria denúncias de mortes e roubos levados à cabo pelos quilombolas. Moradores também denunciavam que o lavrador Manoel Ferreira acoitava os “negros foragidos, os quaes lhe trabalhavão”. O pânico dos senhores era tamanho que alguns julgavam existir “algum levante dos escravos pelos distúrbios que diariamente” faziam os negros fugidos da região de Cabo Frio. Na ocasião em que roubavam o engenho do Capitão Antônio Gonçalves 12 quilombolas foram capturados — inclusive a “rainha do quilombo” — outros, entretanto, refugiaram-se floresta adentro.⁶³ Quilombolas capturados, via de regra, eram entregues a seus senhores, depois de ressarcidas as despesas das diligências realizadas. Eram transferidos para a cadeia principal da cidade do Rio de Janeiro, onde aguardavam os alvarás de solturas. Em 1810 foi enviada uma petição ao corregedor

⁶⁰ Cf. Lara, *Campos da violência*, p 344.

⁶¹ Ibid. p. 242

⁶² BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice 20, 4, 2 nº 31, 24.04.1807.

⁶³ AN, Correspondência de Capitães-Mores e Comandantes de Regimentos de Vilas do Rio de Janeiro (1771-1808), caixa 484, Ofícios de 26.09. e 08 12.10.1805, pacote 2.

do crime da Corte pedindo a soltura do escravo Caetano, de nação “Guiné”. Argumentava-se que este negro, com mais de 60 anos, capturado no “quilombo d’Macabú”, já estava preso há 4 anos sem que seu senhor solicitasse sua soltura.⁶⁴ Em 1814 dizia-se que cinco quilombolas capturados na Corte e acusados de homicídios desde 1810, estavam “apodrecendo” na cadeia sem que fossem enviados para trabalhar em presídios.⁶⁵

Uma repressão mais sistemática contra os quilombos da capitania reiniciaria com a criação da Intendência Geral de Polícia, em 1808, inicialmente comandada por Paulo Fernandes Viana.⁶⁶ Já em março do referido ano as autoridades do distrito de Paty de Alferes receberam autorização para utilizar os “índios Coroados do Sertão, entre os rios Paraíba, Preto, para fazer prender os negros refugiados nos matos” locais.⁶⁷ No mês seguinte, o fazendeiro Fernando José da Costa, de Campos, pediu providências para a captura dos “escravos e dezertores refugiados nos quilombos”.⁶⁸ Da Vila de Magé, em junho, vinham informações semelhantes. Destacando a urgência de medidas repressivas dizia o então intendente que os quilombolas deviam “andar sempre perseguidos e acoçados athe para exemplo dos mais escravos”.⁶⁹ Nesse sentido expediu ordens aos capitães-mores das vilas de Cabo Frio, Magé, Macacu e Resende.⁷⁰ Ainda em agosto daquele ano determinou ao comandante militar do distrito de São Gonçalo “hum ataque bem ordenado” para destruir os mocambos daquela localidade.⁷¹ Bem próximo da Corte também apareciam denúncias da formação de mocambos.⁷²

Os primeiros resultados dessas determinações expressas pela Intendência Geral de Polícia logo apareceram. Em setembro de 1808, noticiava-se que diligências seguidas contra os quilombos de Macaé conseguiram

⁶⁴ AN, Corregedoria de Polícia (1810), caixa 774, 03.11.1810, pacote 3.

⁶⁵ *Ibid.*, 15.06.1814.

⁶⁶ Ver: Leila Mezan Algrantí, *O Feitor Ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Petrópolis, Vozes, 1988.

⁶⁷ AN, *IJJ 9 18, Livro de Registro de Correspondência do governador do Rio de Janeiro, 27.03.1808, fl. 1.

⁶⁸ *Ibid.*, 07.04.1808, fl. 1v.

⁶⁹ AN, Códice 318, Registro de Avisos, Portarias e Ofícios da Polícia (1808/1809), Volume 1, 04.06.1808, fl. 20.

⁷⁰ *Ibid.*, 13.07.1808, fl. 39v.

⁷¹ *Ibid.*, 12.08.1808, fl. 58.

⁷² *Ibid.*, 01.09.1808, fl. 68.

capturar quarenta negros, entre mulheres, homens e crianças. Ordenava-se que as expedições continuassem. O intendente Fernandes Viana informou ao governador Rodrigo de Sousa Coutinho das suas providências e das dificuldades encontradas. Dizia que algumas expedições fracassavam, uma vez que diversos mocambos se situavam em serras de onde os quilombolas “observão todos os movimentos, inutilisão as diligências”. Lembrava ainda que existiam tanto mocambos pequenos de “5 negros” como aqueles “grandes”.⁷³ Também em setembro as autoridades tentariam perseguir os quilombolas da região de Campos dos Goitacazes. Em outubro seria a vez de novos ataques aos mocambos de Macacu, desta vez no distrito de Tapacorá. Aliás, desta região noticiou-se que quilombolas tinham assassinado o feitor da fazenda do falecido coronel Francisco Xavier.⁷⁴ Em 1809, a câmara de Cabo Frio autorizou mais expedições para “prender todos os negros fugidos e aquilombados que houverem”.⁷⁵ Em meados de 1811 foi atacado um “quilombo da Tijuca” no coração da Corte.⁷⁶ Dois anos depois são determinadas mais expedições punitivas contra os quilombos de Vila Nova, Macacu e Paraty. Mocambos de Maricá — quem sabe aqueles remanescentes do quilombo de Bacaxá atacado em 1730 — foram assaltados em 1814.⁷⁷ Em fins de 1818 as autoridades preparam-se para tentar destruir o “grande Quilombo de Suruhi”, próximo as vilas de Magé, Santo Antônio de Sá e Inhomirim.⁷⁸ A tradição ainda estava bem viva.

⁷³ BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice I-33, 30, 19 n° 2, Ofício de Paulo Fernandes Viana a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 19.09.1808.

⁷⁴ AN, Códice 318, Registro de Avisos, Portarias e Ofícios da Polícia (1808/1809), Ofícios: 01.09.1808, fl. 68v; 01.09.1808, fl. 69v; 21.09.1808, fl. 77v; 08.10.1808, fl. 84; 18.10.1808, fl. 91 e 29.10.1808, fl. 93.

⁷⁵ *Ibid.*, 05.01.1809, fl. 137.

⁷⁶ AN, Códice 329, Correspondência — Registro de Ofícios dirigidos aos Ministros da Corte e capitania e aos Ministros Eclesiásticos, Volume 1, 31.07.1811.

⁷⁷ *Ibid.*, Volume 2 (1812/1815), 05.02.1814.

⁷⁸ *Ibid.*, Volume 4 (1817/1818), 22.10.1818.